

Censura no teatro em Santa Catarina: relatos do passado e desafios do presente

Valmor Níni Beltrame

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC (Florianópolis)



Figura 1 - *A menina e sua sombra de menino*. Malagueta Produções. Direção de Pepe Sedrez. Foto: Tóia Oliveira.w

DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/2595034702222020028>

Resumo: O texto reflete sobre situações vividas por grupos de teatro de Santa Catarina nos quais a censura interferiu em seus processos de criação e na circulação de seus espetáculos. Apresenta relatos vividos por grupos de teatro em dois períodos: o do regime civil-militar (1964 – 1985) e em anos recentes (2013 – 2019). Busca compreender o ressurgimento de práticas de censura na atualidade evidenciando possíveis semelhanças ou diferenças em suas formas de manifestação nos dois períodos.

Palavras-Chave: Teatro catarinense. Censura. Ditadura civil-militar

Abstract: The text reflects upon situations lived by Santa Catarina theater groups whose creation processes and show tours were interfered by censorship. It also presents reports lived by theater groups in two time periods: the civil-military government (1964-1985) and recent years (2013-2019). It tries to understand the resurgence of censorship practices in present times, highlighting possible similarities or differences between its manifestation forms in both times.

Keywords: Santa Catarina theater. Censorship. Civil-military dictatorship.

As artes do teatro, em suas diferentes expressões, são manifestações políticas por excelência. Ao estudar história do teatro fica evidente essa associação e suas estreitas relações, não sendo possível, portanto, pensar teatro dissociado de política. Isso se deve ao fato de o teatro ser uma manifestação pública, por ser pública e destinada ao público, como também, por seu caráter dialógico. O teatro é troca, é comunicação, é confronto de ideias que se estabelece com a plateia. Também é arte política por apresentar visões de mundo, por demonstrar pontos de vista sobre um tema, um problema, um aspecto da vida. A leitura do espetáculo teatral é tarefa do espectador, ele lê, absorve, aceita, rejeita, interpreta de acordo com sua cultura, sua sensibilidade e seu interesse.

O aspecto político do teatro não se estabelece somente no espetáculo, também reverbera nas atividades formativas de atores, de grupos. A oficina de teatro, as disciplinas que o professor ministra na escola, na universidade, exigem seleção de conteúdos a serem ensinados e assim como os procedimentos pedagógicos utilizados, são escolhas que transparecem pontos de vista que o educador compartilha. Ao se perguntar por que ensinar determinado conteúdo e não outro, ao eleger assuntos, traduz de modo claro ou subjacente, a seleção por uma concepção de teatro e de vida.

A censura se manifesta de diferentes maneiras: na ação de autoridades políticas, policiais, religiosas atuando para proteger aspectos como a moral, os bons costumes e ideologias; mas também existe a censura econômica, burocrática, administrativa, artística, o que evidencia a complexidade da abordagem do tema. Neste texto, ao reunir relatos de situações vividas por grupos de teatro de Santa Catarina, censura é apresentada em sua multiplicidade de manifestações que configuram ação violenta e de impedimento ao ato de se expressar, criar, pensar e fazer. Nessa perspectiva, a liberdade é dada como condição fundamental para a atividade teatral. Sob coerção e medo é difícil criar.

É importante evidenciar ainda que o teatro certamente não é o lugar da transmissão de informações e da formação político par-

tidária. Seu caráter pedagógico não se confunde com didatismos que estreitam a produção de significados. O político no teatro se manifesta na profundidade das reflexões que desencadeia, na sua potência significativa, nas emoções que propicia, nas metáforas, no poético.

A reflexão sobre a imbricada relação teatro e política não é o foco do presente texto, existem importantes estudos publicados sobre este objeto¹. A breve apresentação do tema ajuda a situar o aspecto central deste trabalho, ou seja, a censura no teatro, evidenciando a correlação destes assuntos.

A manifestação da censura se deu em diferentes momentos da história do Brasil, não aconteceu somente durante o regime civil-militar, entre os anos de 1964 a 1985, como comumente se pensa. Durante o Estado Novo, nos anos de 1937 a 1946, sob o governo de Getúlio Vargas a censura também acontecia e existe farta documentação sobre essa prática. Neste texto concentro a discussão em dois períodos da nossa história recente: o período identificado como o da Ditadura Militar (1964 – 1985) e os recentes anos de 2013 a 2019 trazendo o relato de situações vividas por grupos de teatro de Santa Catarina. Durante o regime civil-militar a prática da censura era um procedimento recorrente e institucionalizado. Nos últimos anos, de modo diferente, as manifestações de censura voltaram a se registrar em cidades do nosso estado.

“Hoje você é quem manda, falou, tá falado, não tem discussão”²

A instauração do regime civil-militar desencadeou, já em 1964, ações e atos governamentais de repressão e de censura. No

1 O tema pode ser aprofundado em BOAL, Augusto (2000); GARCIA, Miliandre (2008); GARCIA, Silvana (2004); LEHMANN, Hans-Thies (2009); KUNER, Maria Helena (1975); MOSTAÇO, Edécio (1982); PARANHOS, Kátia Rodrigues (2008).

2 Versos da música *Apesar de Você*, de Chico Buarque de Holanda.

entanto, a decretação do Ato Institucional N° 5, popularizado como AI-5, em 13 de dezembro de 1968, oficializou e ampliou as práticas coercitivas a direitos constitucionais, individuais e coletivos e com isso as atividades artísticas foram alvo de repressão já nos primeiros dias após o AI-5 entrar em vigor. Artistas e intelectuais de diferentes campos do conhecimento, assim como os grupos de teatro, foram alvo dessas ações, marcando profundamente o teatro brasileiro daquele período.

Em Santa Catarina, para apresentar seu espetáculo, o grupo de teatro se submetia a procedimentos junto aos órgãos públicos muito antes da estreia. Ao escolher o texto a ser encenado, era necessário enviar requerimento acompanhado de duas cópias do texto, com autorização do autor para a montagem e cópia de documentos do solicitante e do grupo de teatro, entre outras exigências, para a Polícia Federal, na época sediada na Rua Tolentino de Carvalho, no Bairro Balneário - Estreito, em Florianópolis. A resposta aprovando a encenação ou censurando-a viria em até dois meses. Uma vez analisado internamente no Departamento de Censura da Polícia Federal, o Grupo recebia o certificado e o texto carimbado em cada página. Esse procedimento, todavia, não era suficiente. Quando o espetáculo estivesse por estrear, era necessário informar à Polícia Federal e agendar o que se denominava de “exame de ensaio geral”, com figurinos, músicas, cenário, enfim, tudo o que o configurasse como espetáculo pronto. O censor, sozinho na plateia, acompanhava o ensaio geral seguindo o texto e, ao final, podia aprovar plenamente, aprovar com cortes, proibir totalmente, ou definir sua improbidade para menores de 10, 14 e 18 anos. Se o grupo iniciasse os ensaios utilizando recursos financeiros para a montagem antes da liberação do texto e o mesmo fosse reprovado, o prejuízo era significativo.

O certificado e o texto carimbado eram documentos imprescindíveis para o dia a dia do grupo. O agendamento de temporadas em teatros e a participação em festivais estava condicionada ao envio antecipado desses documentos. A apresentação em escolas ou outros

espaços alternativos obrigava o grupo a carregá-los consigo. Sem esses documentos e sua remessa antecipada aos organizadores, o espetáculo não podia ser incluído na programação de eventos. O descumprimento a essa demanda poderia causar penalidades aos organizadores.

Reúno, a seguir, o relato de situações vividas por quatro grupos de teatro de Santa Catarina: Grupo Galha Azul Teatro (Lages), Grupo Pesquisa Teatro Novo (Florianópolis), Grupo Tejo e Teatro Amador Próspera (Criciúma).

O *Grupo Galha Azul Teatro*, de Lages, quando encenou *No Planalto Sul Tropical do Sol*, texto e direção de Héctor Grillo, teve uma cena da peça inteiramente censurada. Aconteceu no início do mês de dezembro de 1978, nas dependências da Biblioteca Pública Municipal de Lages, quando o Grupo fez a apresentação completa, ou o ensaio geral para o censor. Isso obedecia ao ritual de fazer uma apresentação fechada para o funcionário da Polícia Federal, requisito para se obter a liberação do trabalho.



Figura 2 - *No planalto sul tropical do sol* (1978). Grupo Galha Azul Teatro. Direção Hector Grillo. Foto: desconhecido.

A parte censurada consistia em uma cena simples. Para nós que integrávamos o Grupo era apenas uma cena de passagem, momento em que se faz a ligação entre diferentes situações propostas no texto. Nela, um menino (um boneco de luva) dizia que estava com fome e pedia comida para sua mãe (personagem boneco de luva). Ela lhe respondia que não havia o que comer. Depois de insistir, o menino sugeria que a mãe pegasse uma galinha no quintal do vizinho, pois assim eles teriam o que comer. A mãe, sem interromper o que fazia, em tom de quem escuta uma bobagem de criança, balançava a cabeça e dizia para ele ir brincar. A cena era somente isso, uma situação que apenas apresentava a realidade corriqueira de quem vive nas regiões pobres de qualquer cidade brasileira. Encerrada a apresentação, o censor nos disse que a peça só seria liberada se tal cena fosse suprimida. E a razão era que o conteúdo estimularia o roubo e o desrespeito à propriedade privada.

Nesse tipo de situação não havia o que argumentar, somente obedecer. Como canta Chico Buarque, “Hoje você é quem manda, falou, tá falado, não tem discussão³. E assim fizemos, eliminamos a cena para podermos apresentar o espetáculo. Dificilmente nossas esperanças e nossas crenças no futuro se abalavam. Acreditávamos, assim como grande parte dos artistas e grupos de teatro, na importância do nosso trabalho artístico e que o teatro e as artes em geral poderiam contribuir para a redemocratização do país, poderiam ajudar a construir uma vida melhor. O ato do censor não nos desestimulava, ao contrário, era a confirmação de que as artes incomodavam o regime autoritário sob o qual vivíamos.

O Grupo *Pesquisa Teatro Novo*, criado em 1977 na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e dirigido por Carmen Fossari, acumulou muitas histórias sobre essas situações no período em que vigorava a censura. Por ser teatro universitário, anualmente se abria ao ingresso de estudantes provenientes de diferentes cursos, muitos deles sem experiência na atividade teatral. As atividades

3 Versos da música *Apesar de Você*, de Chico Buarque de Holanda.

do Grupo estavam vinculadas ao Programa de Extensão e previa a circulação de espetáculos pelo interior do Estado de Santa Catarina. Essas características, somadas ao repertório de espetáculos, tornava o Grupo alvo de suspeitas por atividades que desagradavam o regime civil-militar. Consta que informantes da Polícia Federal, disfarçados de estudantes, se infiltravam no Grupo, dissimulando o desejo de atuar e de participar das montagens. Carmen, aos poucos, desenvolveu jogos dramáticos que contribuíram de modo sutil ou explícito para desmascarar os “infiltrados”. A diretora relata diversas passagens recheadas de humor em que se confirmava a presença de informantes da polícia.

Como integrante do Grupo Pesquisa, no início do ano de 1978, lembro de Carmen, na época uma jovem estudante como todos nós, exercendo a tarefa de diretora teatral que cuidava simultaneamente da qualidade artística dos trabalhos e de abordagens de possíveis “infiltrados”. O relato dessas passagens, muitas delas inusitadas, deveria ser objeto de outro estudo; aqui vale destacar que a censura também interveio no Grupo Pesquisa, tolhendo, interferindo no repertório e na criação de seus trabalhos.

O texto *Soldados de Papel*, de Clécio Espezim, foi totalmente censurado, não recebeu o certificado de liberação para a sua montagem. A peça *Mesa Grande*, cuja estreia se deu em 1977, foi encenada depois de ter trechos censurados. Partes do texto, sobretudo algumas frases como “o general presidente da república é velho e tem uma verruga na ponta do nariz”, eram vistas como ataque ao regime militar e causaram reação no DCDP⁴ conforme relata Carmen:

O incômodo por tal ousadia nos rendeu, a mim e a Clécio Espezim autor do texto, uma noite na PF, com um inquisidor brincando de roleta russa com ele e em

4 A Divisão de Censura de Diversões Públicas – DCDP foi o órgão de censura oficial na ditadura militar brasileira, entre 1972 e 1988. Estava subordinada ao Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça. Sua principal função era aprovar e recusar, a partir de laudos, conteúdos midiáticos e outros materiais. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Divis%C3%A3o_de_Censura_de_Divers%C3%B5es_P%C3%BAblicas. Acesso em: 13/05/2020. [N.E.]

nossas têmporas. Isso nos apavorou? Sim. Nos intimidou? Jamais!!! [...] Após *Mesa Grande*, montamos o texto *Circo Arena*, cujo nome Arena era exatamente o do partido que dava sustentação política à ditadura e foi igualmente censurado em grande parte. O que fizemos? Continuamos a encenar. Uma arte que não tem a coragem de se rebelar e se impor, não é arte.⁵

Carmen destaca que a compreensão dos agentes policiais, muitos deles pessoas sem capacidade de pensar além das tarefas óbvias de censurar, incomodaram um pouco, mas a sociedade civil, na época, estava um pouco mais fortalecida e coesa nas propostas de superação de arbitrariedades. Os movimentos sociais e a sociedade se reorganizavam, o que também estimulava a resistência dos grupos de teatro.

Em 23 de junho de 2018, ao fazer uma entrevista com Jorge Zamoner, diretor do *Grupo Tejo*, de Joaçaba, atividade do *Projeto Rosa dos Ventos* realizado pela FECATE – Federação Catarinense de Teatro, tive a oportunidade de visitar os arquivos do grupo nas dependências do Teatro Alfredo Sigwalt. Fundado em 1972 e sempre em atividades, o Tejo é um dos pilares da história recente do teatro em Joaçaba. O arquivo com os registros de muitas atividades, fotos e documentos ajuda a compreender a história do teatro catarinense não apenas na cidade, mas na região. Ao abrir uma das pastas ali estava um certificado que ilustra bem o que ocorria não só com o Grupo, mas com quase todos os que pretendiam fazer teatro. Transcrevo parte do veredicto do Departamento de Censura e Diversões Públicas – DCDP da Polícia Federal sobre a peça *A história de João Rico*, emitido no certificado N° 1.164/77 e assinado pelo Diretor Rogério Nunes:

Certifico constar no arquivo de registro de peças teatrais deste Serviço, o assentamento da peça intitulada *A história de João Rico*, original de Volney Leite e Gercino Lima de Souza tendo sido censurada em 13 de julho de 1977 e recebido seguinte classificação: IMPRÓPRIA PARA MENOS

5 Carta de Carmen Fossari recebida em 24 de março de 2020.

DE 16 (DEZESSEIS) ANOS. COM CORTE À FOLHA: 58. CONDICIONADA AO EXAME DO ENSAIO GERAL. O PRESENTE CERTIFICADO SOMENTE TERÁ VALIDADE QUANDO ACOMPANHADO DE SEU "SCRIPT" DEVIDAMENTE CARIMBADO PELA DCDP. Brasília, 15 de julho de 1977.

O certificado tinha validade até 16 de janeiro de 1980.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CENSURA FEDERAL
TEATRO

Protocolo Nº 1.164/77

A HISTÓRIA DE JOÃO RICO

AL. DE VOLNEY LEITE E GERCIANO LIMA DE SOUZA

VALIDO ATÉ 16 de JANEIRO

Brasília, 15 de JULHO

Rogério Nunes
ROGÉRIO NUNES
Diretor da DCDP

M. J. - D. P. F.
CERTIFICADO DA D.C.D.P.

Certifica constar no arquivo de registro de peças teatrais deste Serviço, o assentamento de peça intitulada A HISTÓRIA DE JOÃO RICO

Original de VOLNEY LEITE E GERCIANO LIMA DE SOUZA

Título de _____

Adaptação de _____

Redigida por _____

Requerida por _____

Tendo sido encerrada em 11 de JULHO de 1977 e recebido a seguinte classificação: INTERDITA PARA MENORES DE 16 (DEZESSEIS) ANOS, COM CORTE À FOLHA 58, CONDICIONADA AO EXAME DO ENSAIO GERAL. O PRESENTE CERTIFICADO SOMENTE TERÁ VALIDADE QUANDO ACOMPANHADO DO SEU "SCRIPT" DEVIDAMENTE CARIMBADO PELA DCDP.

Brasília, 15 de JULHO de 1977

VLS

Carlos A. Molinari de Carvalho
Chefe do Serviço de Censura
CARLOS A. MOLINARI DE CARVALHO

OFF-150

Figuras 3 e 4 – Certificado de censura do DCDP sobre a peça *A história de João Rico*.

Como se lê, só o certificado não tinha validade, precisava estar acompanhado do texto, o qual o censor chamava de *script*, assinado e carimbado em cada página. Estes dois documentos deveriam obrigatoriamente acompanhar o Grupo em qualquer apresentação, sob o risco de graves sanções. O corte de uma página do texto, a de número 58, é posto sem a apresentação de qualquer justificativa ou análise do que significa para a compreensão da narrativa ou consistência do texto. Ao grupo restava a decisão de acatar ou desistir da encenação.

Uma das situações emblemáticas da violência no teatro no período do regime civil-militar em Santa Catarina foi vivida pelo *Grupo Teatral Próspera - TAP*, da cidade de Criciúma. O Grupo, fundado em 1962, era formado por estudantes e mineiros, na Vila Operária Próspera. Durante seus anos de atuação encenou diversas peças sendo *Anjinho Bossa Nova*, texto de Paulo Silvino e *Judas no Tribunal*, texto de Godofredo Tinoco, os espetáculos que causaram polêmica na cidade e foram alvo de censura. As duas peças discutiam temas como hipocrisia, liberdade, democracia, corrupção política, o posicionamento feminino e, conforme o estudo de Vanessa Nunes Pisani (2011, pg. 47), “estes temas incomodaram algumas pessoas, como as freiras e os mais conservadores, pois desnudavam determinadas atitudes da sociedade e desafiavam o público a refletir diante de seus posicionamentos” (PISANI, 2011, p. 47). Como muitos grupos de teatro, o TAP também era vigiado, seus trabalhos só eram liberados depois de apresentação especial para a Polícia Federal.

No entanto, o Grupo viveu uma situação traumática quando Sebastião Goulart, seu presidente, líder sindical mineiro e vereador pelo partido MDB foi preso, sob a acusação de agitador comunista: “Foi entre 1975 e 1976, cercaram toda essa quadra aqui com fuzil, metralhadora, como se eu fosse o pior bandido. Fui preso aqui e depois fui direto para Curitiba. Do grupo só eu fui preso.”⁶ (PISANI, 2011, p. 37).

A ação descrita por Goulart fez parte da “Operação Bar-

6 Sebastião Goulart, em entrevista cedida à Roseli Terezinha Bernardo na Próspera, no dia 15 de novembro de 2002.

riga Verde”, uma das principais intervenções militares em Santa Catarina durante regime civil-militar, com detenções iniciadas em 5 de dezembro de 1975 e prendendo 42 pessoas entre estudantes, lideranças sindicais e políticos catarinenses⁷. Goulart ficou preso até fevereiro de 1978, o que acarretou no completo encerramento das atividades do TAP. Rosilei Goulart, sobrinha de Sebastião, se refere ao ambiente vivido no período e conta que

[...] com muita repressão, muita gente presa, tivemos pessoas que foram punidas indevidamente, porque a gente estava apenas representando, era a arte. E sofremos bastante, a prisão do Sebastião desmontou o grupo, porque nós tínhamos medo de nos reunir, pois havia os olheiros, que denunciavam, achavam sempre que se estava fazendo subversão (PISANI, 2011, p. 39).

É importante pensar a história do TAP e de seu diretor Sebastião Goulart no contexto que vivia o país e Criciúma no período. Nos primeiros dias do mês de abril de 1964, o governo militar que se instaurou determinou a prisão de dezenas de lideranças sindicais e políticas da cidade e o estádio do time Comerciórios serviu de prisão nos primeiros dias de reclusão dos detidos⁸. A repressão vivida durante anos se efetivou de modo objetivo no grupo de teatro 11 anos depois e o intento de inviabilizar as suas atividades se concretizou.

Poderia continuar o relato de passagens vividas por muitos grupos catarinenses, no entanto, os casos acima relatados são suficientes para perceber o cenário vivido pelos grupos de teatro no Estado de Santa Catarina no período.

7 Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/momentos-historicos/3-Ditadura_Militar/4-Operacao_Barriga_Verde_militares_X_comunistas_em_Santa_Catarina. Acesso em: 30/03/2020.

8 O Relatório da Comissão Nacional da Verdade, de 2014, no item *A realização de prisões em massa*, em sua página 309 descreve: “Logo no período que sucedeu o golpe militar de 1964, locais como navios, clubes e estádios de futebol foram utilizados como cárceres para prisões coletivas. Foi o caso do (...) Esporte Clube Comerciórios, em Criciúma (SC); (...) entre outros.”

“A minha gente hoje anda falando de lado e olhando pro chão”⁹

Na última década a onda de manifestações conservadoras registradas em diversos países também ganhou visibilidade e adeptos no Brasil. É notório o avanço dos partidos políticos de extrema direita, o discurso retrógrado sobre comportamento, os ataques à imprensa e a censura em diferentes campos das artes. As redes sociais, lugar de manifestações individuais e coletivas, criaram um ativismo em que concepções anacrônicas, preconceituosas e machistas ganham protagonismo e adeptos. E as artes têm sido alvo de ações dessas pessoas e grupos.

Diferentes maneiras de censurar vêm ocorrendo em muitas regiões do país, algumas ganham repercussão pública, mas outras permanecem restritas aos diretamente envolvidos na ação. Vale lembrar que em outubro de 2019, os Centros Culturais Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, sob discreta orientação do Ministério da Cidadania e da SECOM - Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República, cancelaram sem justificativas plausíveis seis projetos por eles financiados e em andamento¹⁰.

A Cia. Dos à Deux, do Rio de Janeiro, programou apresentações de *Gritos*, na Caixa Cultural de Brasília, porém dias antes do início da temporada a instituição pediu detalhes sobre o espetáculo e em seguida tudo foi cancelado. Basta dizer que entre as personagens havia uma travesti.

Conforme edição do Jornal El País – Brasil, do dia 22 de setembro de 2019:

Faltavam cinco minutos para a entrada do público que assistiria à apresentação das 18h do espetáculo teatral *Abrazo*, na Caixa Cultural do Recife, quando a companhia Clowns de Shakespeare foi avisada de que a sessão estava

9 Versos da música *Apesar de Você*, de Chico Buarque de Holanda.

10 *Cancelamentos de projetos de cultura despertam suspeitas de censura*. Detalhes dessa ação podem ser conhecidos em <https://www.otempo.com.br/diversao/cancelamentos-de-projetos-de-cultura-despertam-suspeitas-de-censura-1.2244247>. Acesso em: 30 de março de 2020.

cancelada. A peça, que aborda temas como repressão e censura, foi banida pela instituição sem qualquer diálogo.¹¹

Um dos espetáculos mais conhecidos alvo de tentativa e de realização de censura foi *O evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu*, que apresenta a personagem Jesus como travesti¹². As apresentações programadas em Garanhuns e Recife, em junho de 2018 foram canceladas e conforme o Blog de Miguel Arcanjo:

*A obra já sofreu tentativas de censura em várias partes do Brasil, como Londrina, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, e chegou a ser proibida pela Justiça de Jundiá de ser apresentada, decisão esta que caiu posteriormente em nome da liberdade de expressão artística garantida na Constituição.*¹³

Poderia listar muitos outros fatos que ilustrariam, de forma evidente ou velada, a prática da censura tomando fôlego novamente no país. Em Santa Catarina o fenômeno se repete, evidentemente sem a repercussão que se registra nos grandes centros do país. Trago o relato de quatro situações vividas por artistas dos grupos de teatro Cia. Contacausos (Chapecó), La Luna (Canelinha), Malagueta Produções (Florianópolis) e Cirquinho do Revirado (Criciúma).

Josi Geroldi, da Cia. Contacausos, de Chapecó, relata duas situações vividas:

Nesta semana fui censurada pela segunda vez. Na primeira vez uma Psicopedagoga, em Itajaí, SC, pediu para que eu não fizesse a segunda sessão do espetáculo *Foi coisa de Saci* porque o Saci que eu estava apresentando dava medo nas crianças, ia contra a ideologia da escola e ela teria problema com os pais. Nesta semana em Francisco Beltrão, PR, outra pedagoga pediu que eu não apresentasse os *Contos para enganar a morte* para seus alunos porque

11 *Censura, um efeito cascata que corrói a arte no Brasil de Bolsonaro*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/17/politica/1568751185_533748.html. Acesso em: 30 de março de 2020.

12 Protagonizado pela atriz Renata Carvalho. (N.E.)

13 *Peça com Jesus travesti é censurada outra vez...* Disponível em: <https://miguelarcanjo.blogosfera.uol.com.br/2018/06/30/peca-com-jesus-travesti-e-censurada-outra-vez/>. Acesso em: 30 de março de 2020.

ela julgava a temática muito pesada e um absurdo falar em diabo. Isso sem contar as inúmeras vezes em que as professoras viram os olhos, escondem o rosto nas mãos, levantam e saem da sala quando a palavra DIABO sai da minha boca. Fui censurada por pedagogas. A censura vem justamente de quem deveria abrir o pensamento das crianças e a minha maior preocupação é essa. Nestes dois episódios falhei, recuei e mesmo tentando argumentar, cedi às pressões profissionais. Na primeira vez não tinha muito que ser feito. Guardei o saci, sequei as lágrimas e fui embora. E na segunda, aceitei substituir o repertório, por uma série de fatores que não convém listar aqui. E se for o caso, me julguem fraca e despreparada, não se esqueçam de lembrar da humana, da mulher, da artista que viaja sozinha, atravessando terras para contar histórias, e da barra que é cotidianamente enfrentar todos esses preconceitos e o esforço tremendo que a gente faz pra viver de arte no país. É ainda... do quanto ficamos fragilizados quando a nossa expressão artística tão amada e elaborada é colocada como uma coisa que pode ou não pode ser dita. Como algo que serve ou não serve.¹⁴

Josi segue apresentando seu trabalho não somente em Santa Catarina, mas em diversas regiões do Brasil.

A La Luna Cia de Teatro, da cidade de Canelinha, viveu recentemente uma situação que chama a atenção ao programar a apresentação da sua peça *A Bruxa do armário de limpeza*. Amália Leal, uma das atrizes, conta o que ocorreu:

Em outubro de 2018 fomos contratadas (Emeli Barossi e eu) para apresentar em uma escola particular em Tijucas/SC, para uma turma de educação infantil. Uma semana antes da apresentação fomos chamadas pela escola que nos explicava a delicada situação que vinham enfrentando: pais e mães das crianças, ao serem informados do nome do espetáculo, criaram um grupo no WhatsApp para cancelar o evento alegando que não queriam que seus filhos ouvissem histórias com a temática sobre bruxas. Uma das mães recolheu um vídeo no Youtube, com imagens aterrorizantes, assustadoras de bruxas e enviou ao grupo

14 Josi disponibiliza o relato detalhado com importantes reflexões na postagem “*Tudo que a gente dá nome, existe! (e se não pode ser dito é CENSURA)*”, de 22 de setembro de 2018. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1826950550716722&id=100002053836193.

dizendo se tratar do nosso espetáculo. A coordenação da escola, ao saber do movimento dos pais, tomou posição mostrando as imagens verdadeiras do nosso trabalho. Explicou que o espetáculo era apropriado, lúdico e não amedrontaria seus filhos. A maioria dos pais compreendeu, no entanto, uma das mães buscou o vídeo completo de *A bruxa no armário de limpeza* no Youtube. Nele há um curto verso que diz: “Bruxa imunda, cuide bem da sua bunda”, aliás, momento do espetáculo em que as crianças sempre dão risadas. Essa mãe, novamente, mobilizou os pais no grupo de WhatsApp para cancelar a apresentação. A Coordenação da escola chamou os pais para uma nova reunião e expôs que não havia nada demais no verso, que era divertido e apenas falava de uma parte do corpo, mas boa parte dos pais não aceitou. Solicitaram que mudássemos a palavra “bunda”. A princípio pensamos em dizer não. Depois de refletir acabamos mudando para nariz demonstrando que assim como bunda, é algo que todo mundo tem. A apresentação daquele dia terminou com “Bruxa infeliz, cuide bem do seu nariz”. Os pais foram convidados a assistir, mas apenas dois compareceram¹⁵.



Figura 5 - *A bruxa do armário de limpeza* (2017). La Luna Cia de Teatro. Foto: Victor Pereira.

15 Trecho de carta da La Luna Cia de Teatro, recebida em 19 de fevereiro de 2020.

A La Luna segue apresentando *A bruxa do armário de limpeza* em outros locais da cidade e região na sua versão original.

A menina e sua sombra de menino, peça da Malagueta Produções, de Florianópolis, também foi alvo de ataques. O espetáculo é uma adaptação do texto *A história de Júlia e sua sombra de menino* de Christian Bruel, Anne Bozellec e Annie Galand, publicado na França em 1970 e que só foi traduzido no Brasil em 2013. A narrativa envolve o conflito de duas crianças com gostos diferentes. Enquanto ele gosta de brincar de bambolê e de futebol, ela gosta de brincar de carrinho, de boneca, de se arrumar na frente do espelho, correr e jogar bola. Pais, amigos e professores passaram a criticar o jeito sincero e verdadeiro da menina até que, numa manhã, ao despertar, vê sua sombra como sombra de um menino. Ela não aceita, quer ser ela mesma e ter o direito de brincar com o que quiser.

A Malagueta organizou uma turnê por cidades do oeste catarinense e foi surpreendida por acontecimentos. A polêmica foi iniciada pelo pastor Gesiel Ribeiro, presidente do Conselho Municipal da Criança e Adolescente (CMDCA), de Campos Novos, que mesmo desconhecendo o livro e a peça, mas certamente intrigado com o nome do espetáculo, passou a fazer comentários depreciativos e caluniosos nas redes sociais. A iniciativa alcançou enormes proporções e alguns moradores da cidade começaram a se manifestar agressivamente, inclusive com ameaças físicas aos atores. O motivo da decisão, segundo o pastor, é que o conteúdo do espetáculo ia ao desencontro dos princípios pregados na igreja. Isso fez com que o Grupo cancelasse diversas apresentações programadas na cidade.

Em Xanxerê, a Secretaria de Cultura da cidade também cancelou apresentações do espetáculo a pedido de um grupo de pastores, presidido pelo Sr. Aristides dos Reis Miranda. O pedido foi acatado pelo prefeito da cidade, Avelino Menegolla. “As cidades onde ocorreram as censuras foram porque eles não assistiram à peça antes de se manifestarem”, afirma a atriz Paula Bittencourt¹⁶.

16 Peça infantil “censurada” no interior de SC será apresentada em Joinville neste sábado.

A Malagueta Produções não se intimidou com a violência sofrida, convidou artistas, educadores, psicólogos, autoridades do Município de Campos Novos para uma apresentação pública na cidade.

Paula Bittencourt usou as redes sociais para compartilhar com familiares e amigos o que estava acontecendo. Transcrevo um trecho de seu texto:

Comunico um dos eventos mais tristes de minha vida. Hoje, fui proibida de exercer minha função no mundo. Em 15 anos de vida profissional como atriz, nunca havia passado por isso. Meu espetáculo foi censurado e proibido de ser apresentado para as crianças do município de Campos Novos (SC) devido a uma falsa acusação que se espalhou pela internet promovida por um pequeno grupo de cunho religioso e político. Pessoas que nem assistiram ao espetáculo e propagaram o ódio. Em poucas horas passei a ser comunista e pedófila. Acusações gravíssimas das quais já fizemos um boletim de ocorrência¹⁷.

A Malagueta também se protegeu em outras instâncias. Copiou as mensagens espalhadas pelas redes sociais e, apoiada no Artigo 138 do Código Penal Brasileiro¹⁸ abriu processo por calúnia, difamação, reparação por danos morais e materiais contra os responsáveis pela difusão das mensagens difamatórias. O processo tramita na Justiça.

O Grupo Cirquinho do Revirado, de Criciúma, ao apresentar seu espetáculo *Julia*, na cidade Laguna, no verão de 2013, viveu uma situação que se soma ao vivido por outros grupos.

Julia foi pensado como espetáculo para a rua, com os personagens bufões: Julia e Palheta, dois errantes que carregam os restos de um circo incendiado. Ela é conduzida por Palheta, seu fiel escudeiro, que puxa a carroça/casa com Julia sentada acima, numa espécie de

Capa NSC Total - Entretenimento – CULTURA - 01/02/2019. Disponível em: <https://www.nsc total.com.br/noticias/peca-infantil-censurada-no-interior-de-sc-sera-apresentada-em-joinville-neste-sabado>.

17 Trecho da *Nota de esclarecimento* publicada pela Cia. no dia 19 de setembro de 2018.

18 Artigo 138: “Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (anos), e multa. § 1º: Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propaga ou divulga.”

trono da rainha das ruas. Prometem que, mesmo não tendo movimentos nas pernas, hoje ela vai dançar. O trabalho busca estabelecer relações de cumplicidade com a plateia, ao ponto de torná-la mais uma personagem. Não existe a preocupação em “agradar o público”, fazer concessões, mas realizar o espetáculo com lirismo e poesia. Como afirmam Yonara Marques e Reveraldo Joaquim, atriz e ator protagonistas, “o espetáculo é uma obra que mexe com o que há de mais belo e também o mais perverso no ser humano.”

Próximo do final do espetáculo Julia dança como fora anunciado. Palheta, por sua vez, cumpre a função de convencer a plateia a contribuir financeiramente com ela. “Afinal ela dançou! E vocês ficaram até o fim para vê-la dançar.” A plateia, sensibilizada, contribui, e Palheta prontamente leva o saco com o saldo arrecadado para Julia que, ao ver a pequena quantia, age como todo bufão: profere xingamentos, esbraveja, pragueja e esculacha a plateia com diversos argumentos.

Nesse momento da apresentação em Laguna, ouviu-se um burburinho na plateia com desdobramentos assim descritos pelo elenco:

Um senhor, com sua filha no colo, se destacou com seu dedo inquisidor e aos berros disse que Julia não poderia falar tantos palavrões, que seus filhos nunca escutaram tanta coisa feia. A atriz não titubeou em permanecer como a protagonista Julia e rebateu o “cidadão de bem”. A plateia se dividiu entre expulsá-lo e ficar em silêncio para ver o fechamento do enredo. O senhor saiu, mas chamou a polícia, que se aproximou dos atores e sugeriu usar menos “palavrões”, e quem sabe a atriz não mostrasse os seios (o que aparece é uma prótese de espuma e não os seios dela); pois assim “a peça poderia até terminar diferente, mais bonita”. Os atores ouviram e lembraram aos policiais que a Constituição do Brasil garante a livre expressão e que impedir uma apresentação artística é crime. Eles escutaram os argumentos de algumas pessoas da plateia e retornam aos seus postos. Sugerimos que as pessoas que se sentiram incomodadas com a apresentação registrassem um boletim de ocorrência - B.O., mas, constatamos que não houve registro. No entanto, a produtora cultural responsável pelo aporte técnico no dia, fez um pedido público de desculpas à plateia. Nos dias seguintes o Grupo recebeu, via telefone, do setor

diretivo da instituição patrocinadora da apresentação em Laguna, a solicitação de explicações sobre o acontecido. O Grupo não precisou fornecer muitos esclarecimentos, uma vez que a peça *Julia*, já havia circulado por 30 municípios de Santa Catarina e estava selecionada para um circuito nacional pela mesma instituição. Além disso, as informações prestadas pelo corpo técnico da entidade foram suficientes.



Figura 6 - *Julia*. Cirquinho do Revirado. Direção de Pepe Sedrez.
Foto de Beto Bocchinno.

Para o Cirquinho do Revirado o acontecimento foi marcante e tenso. No entanto, não abalou seus propósitos e expectativas:

Isso serviu para o Grupo se fortalecer e acreditar cada vez na arte que produz e evidenciar o quanto a peça *Julia* incomoda aqueles pseudo “cidadãos de bem”, um grupinho seleta que se acredita superior às outras pessoas, baseado em suas crenças, sua classe e sua ideologia.¹⁹

¹⁹ Síntese do relato detalhado de Yonara Marques e Reveraldo Joaquim, recebido em

Os relatos de outros fatos poderiam seguir, no entanto, os aqui apresentados já são suficientes para comprovar o ressurgimento da censura atualmente.

“Apesar de você amanhã há de ser outro dia”²⁰

Ao observar as formas de atuação da censura no período do regime civil-militar e comparar com o modo como ela se processa recentemente se constata diferenças.

No primeiro período existia a censura institucionalizada, regida por decretos e aparato governamental, praticada por agentes do Estado Brasileiro. A censura era coordenada por órgão com endereço e horário de funcionamento conhecidos. Seus agentes eram funcionários públicos, muitos deles sem conhecimento e preparação técnica para o exercício das funções, que atuavam à serviço e por determinação do Estado. Conforme registros dos grupos Galha Azul Teatro, Tejo, Pesquisa Teatro Novo e Teatro Amador Próspera, as motivações de censura eram predominantemente de natureza ideológica ou pautadas na moral e nos costumes.

Atualmente, de acordo com os relatos, a censura procura se manifestar de modos menos evidentes, e se dá tanto por ação de instituições públicas ou de caráter privado, quanto por expectadores. As instituições omitem ou negam a palavra censura e suas ações se dão com justificativas que buscam disfarçar questões políticas, ideológicas e morais. Os argumentos para cancelamento de apoios para a produção e para temporadas teatrais por parte de representantes das instituições são frágeis, são inconsistentes e escamoteiam os reais motivos dessa interrupção. Mesmo com a legislação vigente proibindo qualquer forma de censura isso não os inibe de agir.²¹

29 de março de 2020.

20 Versos da música *Apesar de você*, de Chico Buarque de Holanda.

21 O inciso IX (Artigo 5º da Constituição de 1988) afirma: “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.”

Em Santa Catarina, do mesmo modo, percebe-se que hoje ela é mais estrutural, ou seja, não é exercida por aparato institucional no mesmo formato que existia no período do regime militar. A prática de censura reproduz o *ethos* de grupos que se sentem autorizadas a censurar. O pai, a mãe, a professora, a psicopedagoga, o pastor cumprem essa função. O que se observa nos relatos dos grupos é que pessoas agem como censores, mas buscam a sansão de autoridades, seja a direção de escola, a prefeitura ou instituição privada. A iniciativa nasce de indivíduos ou grupos, sobretudo religiosos ou com vínculos com igrejas.

O avanço de setores conservadores autoriza o comportamento de pessoas censurando espetáculos, e os quatro relatos dos grupos de Santa Catarina demonstram que o censor pode estar ali, ao seu lado, pode ser qualquer transeunte, espectador. As redes sociais desempenham papel importante ao organizar um grupo formado por pessoas que distorcem informações sobre o que é o trabalho teatral e disseminam inverdades que provocam a censura ao espetáculo.

Os acontecimentos com a peça *Julia* denotam bem o quanto a censura é estrutural e resulta do crescente conservadorismo que se aprofunda no país. A interferência do senhor da plateia; a tentativa dos policiais de excluir e criar cenas para o espetáculo, como se fossem diretores, autores teatrais; a produtora que pede desculpas ao público, o que de certo modo demonstra apoio ao comportamento do senhor e a cobrança de esclarecimentos por parte da instituição patrocinadora, reforçam que a censura ocorre por iniciativas individuais e desencadeia o apoio de outras pessoas. O vivido por *A menina e sua sombra de menino* também ilustra essa questão e inclui outro aspecto: a iniciativa por parte de pastores de igrejas neopentecostais. Com maior poder de articulação e pressão, os pastores exigem das autoridades locais que pratiquem censura.

Os acontecimentos com a *La Luna (Canelinha)* e a *Contacausos (Chapecó)* demonstram o problema de identificar individualmente os principais responsáveis pela censura e as dificuldades de com-

batê-los. Numa situação, a psicopedagoga se diz representante de pais, noutra é um grupo de mães que censura. Suas atitudes, alinhadas com o que se apregoa em algumas igrejas neopentecostais, se caracterizam pela demonização das culturas populares do país, tentando, com isso, impedir que crianças conheçam essas expressões. Sacis, bruxas, diabos, personagens recorrentes nessas manifestações culturais, já não podem existir, diminuindo a presença da fantasia, imaginação e ludicidade no cotidiano das crianças, empobrecendo substancialmente o repertório cultural das mesmas. A hipocrisia e a ignorância, no sentido pleno do termo, caminham de mãos dadas com a censura, e os fatos ocorridos com a Contacausos e La Luna são bons exemplos da indigência intelectual daquele grupo de mães e professoras. Vale destacar o importante, mas insuficiente, papel da Escola de Tijucas em sua tentativa de esclarecer o grupo de mães, o que evidencia a complexidade do problema.

Chama a atenção o fato de mulheres atrizes serem o alvo principal das agressões nos quatro relatos. Amália Leal, Emeli Barossi, Josi Geroldi, Paula Bittencourt e Yonara Marques, mesmo as duas últimas contracenando com homens, os ataques recaíram sobre elas, as mulheres e as personagens que interpretam. Os dados recentes sobre violência contra mulheres em Santa Catarina talvez ajudem a compreender um pouco o que aconteceu com as atrizes porque reflete o contexto local:

Cinquenta e nove mulheres morreram em Santa Catarina vítimas de feminicídio no ano de 2019, informou nesta quinta-feira (2/01/2020) a Secretaria de Segurança Pública (SSP). O número é 40% maior que o registrado no ano anterior, quando 42 mulheres morreram pelo crime²².

Este tema merece reflexões aprofundadas, no entanto, aqui vale lembrar que, a onda conservadora que cresce em muitos paí-

22 *Com 59 mortes em 2019, casos de feminicídio crescem 40% no ano em SC.* Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/com-59-mortes-em-2019-casos-de-feminicidio-crescem-40-no-ano-em-sc>. Acesso em 07/05/2020.

ses se manifesta igualmente em todo o Brasil e traz no seu bojo o machismo, o preconceito, a misoginia. Homens, e mesmo muitas mulheres se autorizam a agredir de modo mais violento quando a mulher é protagonista, seja ocupando cargo público ou quando se destaca profissionalmente. O que aconteceu com as atrizes é ilustrativo desse comportamento.

Nestes tempos de censura explícita ou velada uma das reverberações prejudiciais é a autocensura que acomete artistas. O medo se instaura, não só o medo da violência sofrida por colegas, como também o medo da proibição de apresentar o próprio espetáculo, o medo de ser impedido de trabalhar. O instinto de autoproteção vai se manifestando como consequência do medo. Simultaneamente, pode surgir o sentimento de culpa, o que se constata quando Josi Geroldi escreve: *“E se for o caso, me julguem fraca e despreparada.”* É preciso atenção, cuidado e não permitir que a culpa ocupe esse espaço subjetivo de opressão que corrói a autoestima; vale lembrar que a censurada é que foi alvo de violência, ela é que foi agredida. Por que, além de tudo, ser julgada “fraca e despreparada”? A pessoa agredida não pode ser responsabilizada pela violência que sofreu. Quando o medo, o sentimento de culpa, a autocensura passam a interferir na criação teatral, é devastador para o trabalho artístico.

É importante destacar a atitude da Malagueta Produções porque pode ser um bom caminho para os grupos que vierem sofrer censura: os ataques ao seu trabalho foram documentados, reunidos fartamente e encaminhados para a abertura de processo judicial. Isso demandou tempo, esforços e recursos financeiros, mas certamente deve inibir os envolvidos no processo em novas tentativas de espalhar calúnias. Recorrer a instituições como OAB - Ordem dos Advogados do Brasil e às Promotorias Públicas existentes em muitos municípios pode ser um bom caminho para o recebimento de apoio. É importante relatar aos colegas, denunciar os fatos para as entidades representantes dos artistas e grupos.

Os últimos anos têm sido marcados pelo desmonte e por

tentativas de destruição do que durante décadas foi construído no campo das artes no Brasil. A extinção do Ministério da Cultura por Jair Bolsonaro é apenas uma ação emblemática do desprezo, da visão equivocada e da ignorância sobre o papel das artes no país. A construção negativa da imagem do trabalho dos artistas e das artes, capitaneada por autoridades, repercute na opinião do cidadão comum que se autoriza a reproduzir calúnias, mentiras e na sequência, censurar. E a perspectiva não é nada promissora considerando o que disse em recente entrevista Regina Duarte, (ex) Secretária Nacional da Cultura do atual governo: *Você não vai fazer filme pra agradar a minoria com dinheiro público*²³. O que é agradar minoria? A arte deve agradar? Agradar maiorias? Qual o papel das artes na visão de quem comanda a Secretaria de Cultura? A rápida passagem de Regina Duarte pela Secretaria Especial de Cultura (sua saída se deu em 20 de maio de 2020, permanecendo menos de 90 dias) foi marcada por declarações em que fazia apologia à ditadura militar brasileira, e naturalizava a prática da tortura²⁴. Para muitos, uma atuação equivocada, constrangedora. Hoje, o seu substituto e recém-chegado, o ator Mario Frias, por enquanto nada diz e nada faz. Será que se pode esperar algo além da continuidade da prática de sua antecessora?

Não dá para perder de vista que a crescente manifestação da censura faz parte de um conjunto de ações e decisões do atual governo, em diferentes setores da vida nacional para aniquilar a democracia brasileira.

Às vezes, uma sensação de derrota se agiganta, e junto, a crença de que isso vai persistir infinitamente. Nesse contexto, por vezes sombrio, assustados, muitos artistas se perguntam: O que fazer? Como agir? Como se contrapor? O professor Flávio Aguiar, da

23 Entrevista concedida a Ernesto Paglia em 08/03/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/03/08/regina-duarte-voce-nao-vai-fazer-filme-para-agradar-a-minoria-com-dinheiro-publico.ghtml>. Acesso em: 05 de abril de 2020.

24 Segundo o Jornal Folha de São Paulo, de 23/06/2020, no momento, as filhas do diplomata José Jobin, torturado e morto, em 1979, por órgãos de repressão da ditadura, abriram processo contra Regina por apologia à tortura.

Universidade de São Paulo – USP, em recente entrevista aponta perspectivas: “Em diferentes momentos da história da humanidade, a arte revelou-se capaz não só de superar situações-limite de extrema adversidade, mas também de transformá-las em horizontes de criação, de liberdade e de resistência contra situações opressivas.”²⁵ Aos artistas resta mostrar incansavelmente seus trabalhos e simultaneamente refletir, agir e se proteger mutuamente. Resistir e propor insistentemente saídas construtivas que reafirmem o direito de expressão e de liberdade. E certamente dá para fazer tudo isso cantarolando: *Apesar de você amanhã há de ser outro dia*²⁶.

Referências

BOAL, Augusto. *Hamlet e o filho do padeiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GARCIA, Miliandre. “*Ou vocês mudam ou acabam*”: teatro e censura na ditadura militar (1964-1985). Rio de Janeiro, 2008. Tese (doutorado) – História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GARCIA, Silvana. *Teatro da militância: a intenção do popular no engajamento político*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LEHMANN, Hans-Thies. *Escritura política no texto teatral: ensaios sobre Sófocles, Shakespeare, Kleist, Büchner, Jahn, Bataille, Brecht, Benjamin, Müller, Schlegel*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

KÜHNER, Maria Helena. *Teatro Popular: uma experiência*. Rio de Janeiro: Francisco

25 O que fazer quando a sensação é de que o futuro acabou? Escritor resgata o papel da arte em situações-limite. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Politica/O-que-fazer-quando-a-sensacao-e-de-que-o-futuro-acabou-Escritor-resgata-o-papel-da-arte-em-situacoes-limite/4/45637>. Acesso em: 05 de abril de 2020.

26 Versos da música *Apesar de você*, de Chico Buarque de Holanda.

Alves, 1975.

MOSTAÇO, Edélcio. *Teatro e política: Arena, Oficina e Opinião*. S. l.: Proposta Editorial, 1982.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. O ABC dos trabalhadores no pós-1964: os grupos de teatro Ferramenta e Forja. *Revista História & Luta de Classes*, v. 4, p. 39-47, 2008.

PISANI, Vanessa Nunes. *O Teatro da Via Operária: experiência do Teatro Amador Próspera (Criciúma, 1962 – 1975)*. Criciúma, 2011. TCC (graduação) - História, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).